LUÍS FERRAND DE ALMEIDA **Breves notas de um percurso académico**

Margarida Sobral Neto
Universidade de Coimbra

O CHSC acaba de perder um dos seus membros mais prestigiados o Professor Luís Manuel da Rocha Ferrand de Almeida que faleceu no dia 30 de Maio de 2006. No momento em que se completa uma vida e uma profícua carreira de docente e de investigador, cumpre-nos apresentar umas breves e muito incompletas notas sobre o perfil académico e científico do nosso saudoso colega.

Licenciado em Direito e em Histórico-Filosóficas foi contratado como 2.º assistente do 4.º grupo (Ciências Históricas) em 1957, iniciando a actividade docente em Novembro deste ano. Desde esta data até 1992, ano em que se jubilou, leccionou diversas cadeiras: História Medieval, Teoria da História, História Geral da Civilização, História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa (depois História da Expansão Portuguesa), História da Geografia, História do Brasil, História de Portugal (sécs. XVIII-XX) e História Moderna. Assegurou ainda seminários da licenciatura em História (“Fontes e problemas da história rural portuguesa na época moderna” e “História rural portuguesa no século XVIII”) e do mestrado em História Moderna (“Formação territorial do Brasil nos séculos XVII e XVIII” e “História rural portuguesa no século XVIII”).

Através da preparação, sempre muito cuidada e meticulosa, das diversas matérias leccionadas abriu, ou consolidou, vários horizontes de pesquisa bibliográfica e documental. Por sua vez, a actividade docente iria constituir-se como um momento privilegiado de transmissão de um conhecimento alicerçado num domínio invejável, e sempre muito actualizado, da bibliografia portuguesa e estrangeira bem como nos resultados da sua própria investigação.

O Professor Luís Ferrand de Almeida escolheu como tema para a tese de licenciatura *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*¹. A preparação deste estudo levou-o ao Arquivo de Simancas e a bibliotecas do Rio de Janeiro, nomeadamente à Biblioteca Nacional e à Mapoteca do Itamarati, bem como a diversos arquivos portugueses. Na dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, em 1957, com a qual obteve o prémio “João de Barros”, apresentou os primeiros frutos do desbravamento de campos que se haviam de se revelar muito férteis constituindo-se como núcleos centrais da sua investigação, a saber, os estudos de História do Brasil e os de História Diplomática.

A tese de licenciatura foi apresentada como o primeiro volume de uma obra que esperava completar com um segundo dedicado à problemática da Diplomacia Portuguesa no século XVIII. Considerando, porém, que na dissertação de licenciatura tinha privilegiado temas diplomáticos, não descuidando, mas não podendo aprofundar, “aspectos sociais, económicos e administrativos da Colónia do Sacramento e das relações dos Portugueses com a região platina” decidiu dedicar a sua tese de doutoramento ao estudo destes assuntos, não deixando, porém, de os enquadrar no “contexto político europeu e americano” e na conjuntura da Guerra da Sucessão de Espanha. O retomar na tese de doutoramento do espaço geográfico e da cronologia da dissertação de licenciatura compreende-se à luz da sua concepção de História que exprime servindo-se das palavras de Braudel (personalidade

¹ Vol. I, Coimbra, 1957. Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, XII + 586 pp.

que considerava “um dos maiores historiadores dos nossos dias”): “Tout est lié – eh bien tout est lié (...) dans l’histoire terriblement complexe du monde. (...). Les faits se soudent entre eux, travers le temps comme à travers l’espace; sans fin, historiens, nous avons à faire le tour complet de l’ horizon)².”

Na dissertação de doutoramento, *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha* (Coimbra, 1973), analisa de forma circunstanciada “os motivos económicos e políticos” a que obedeceu a fundação da Colónia, num tempo em que Portugal procurava solução para “a crise comercial luso-brasileira” iniciada no terceiro quartel do século XVII. Segundo Luís Ferrand de Almeida a presença portuguesa nos limites meridionais do Brasil, junto ao rio da Prata, tinha como objectivo recuperar os fluxos da prata do Peru, metal que era ao tempo de vital importância para o comércio com a China e a Índia, destacando, como preocupação secundária, a aspiração dos portugueses de “dominar o comércio dos couros platinos”, considerados os melhores da América. Às motivações económicas associavam-se as de natureza política que se consubstanciavam na convicção de que, “graças ao meridiano de Tordesilhas”, pertenciam a Portugal, e não à Espanha, as terras que, no Sul do Brasil, “se alongavam até ao Prata”.

As pretensões portuguesas referentes à consolidação do domínio numa zona de primordial importância para a economia europeia, devido aos seus cobiçados recursos naturais, explicam o envolvimento de Portugal na questão da Sucessão de Espanha e na guerra que se lhe seguiu. O livro *A Colónia do Sacramento* reveste-se assim de particular importância para o conhecimento da História de Portugal e do Brasil, mas também para a compreensão da História da Europa. Com efeito, na introdução desta obra a que o autor deu o título de “Sucessão de Espanha, Equilíbrio Europeu e Comércio Americano”, clarificam-se as orientações políticas das grandes potências europeias (Espanha, França, Inglaterra e Holanda), na viragem do século XVII para o XVIII, analisando-se com detalhe, e em perspectiva histórica,

² Citando Fernand Braudel, “En marge ou au coeur de l’histoire?”, in *Annales* (E.S.C.), ano IV, 1949, n.º 3, p. 312.

o princípio do equilíbrio europeu, ou da *balança dos poderes*, estruturante da conduta política do tempo.

A presença portuguesa na região platina e o domínio sobre a Colónia do Sacramento constituíram-se no século XVIII, como já havia acontecido na centúria anterior, em motivo de frequentes divergências entre Portugal e a Espanha dirimidas em conflitos bélicos e em negociações diplomáticas. Um deles, o tratado de Madrid, em que teve papel preponderante Alexandre de Gusmão, foi objecto de análise no livro *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*³. A relevância geopolítica bem como o interesse económico da Colónia do Sacramento são tratados em muitos outros estudos de análise ou de síntese⁴.

A profunda reflexão e esclarecimento das questões da definição dos limites meridionais do Brasil levaram Luís Ferrand de Almeida a consagrar-se como um historiador desta colónia portuguesa. Por sua vez, a análise da intensa actividade negocial tecida em torno deste problema revelou as suas excepcionais capacidades no âmbito da História diplomática. Infelizmente

³ Coimbra, INIC, 1990, 67 pp.

⁴ “Vespúcio e o descobrimento do Rio da Prata”. Coimbra, 1955. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XI, Vol. I, 49 pp.; “A data da morte de Salvador Correia de Sá”. Coimbra, 1961. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. VIII, 8 pp.; “Colónia do Sacramento”, in *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, Vol. III, Lisboa, 1968, pp. 708-714; “A perda da Colónia do Sacramento em 1680 (Uma carta de D. Manuel Lobo)”. Coimbra, 1970. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XI, Vol. II, 9 pp.; “A colónia do Sacramento nos princípios do século XVIII (Uma fonte importante para o seu estudo)”. Coimbra, 1978. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XVI, 11 pp.; “Origens da Colónia do Sacramento. O Regimento de D. Manuel Lobo (1678)”. Coimbra, 1982. Sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIX, 32 pp.; “Casais e lavradores na Colónia do Sacramento (1680-1705)”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra, 1995, pp. 11-36. “Portugal, o Brasil e o comércio do Rio da Prata (1640-1680)”, in *IV Congresso das Academias de História Ibero-Americanas. Actas, Academia Portuguesa da História*, Vol. II, Lisboa, 1996, pp. 383-392, e na *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, Vol. I, Coimbra, 1999, pp. 283-294; “Colónia do Sacramento”, in *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva, Ed. Verbo, Lisboa, 1994, colunas 180-183.

nunca teve oportunidade de concluir o prometido segundo volume relativo à Diplomacia Portuguesa da Época Moderna. Escreveu, entretanto, muitos textos em que analisa, com detalhe, aspectos das relações diplomáticas de Portugal com outros países europeus, destacando-se o seu particular gosto pelo estudo do relacionamento entre o nosso país e a Polónia⁵.

No mundo da diplomacia da primeira metade do século XVIII avulta como figura maior D. Luís da Cunha. Sobre a acção deste diplomata elaborou vários trabalhos, tendo-se interessado de forma particular pelo problema da autenticidade do *Testamento Político*, o célebre texto em que o notável embaixador português sugeriu ao Príncipe D. José o nome de Sebastião de Carvalho e Mello como pessoa adequada ao exercício do cargo da Secretario de Estado do Reino, revelando na análise desta questão a finura e o rigor da crítica documental, mas também um profundo conhecimento da vida, do pensamento e dos escritos do “famoso Mestre da política Dom Luiz da Cunha”, o que lhe permite rebater, com argúcia, argumentos contrários à autenticidade da obra⁶.

⁵ “Missões diplomáticas portuguesas em Viena de Áustria nos fins do século XVII”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, n.º 1, Coimbra, 2001, pp. 13-60. Novamente publicado (sem o apêndice documental), em texto português e tradução alemã, em Ludwig Scheidl e José A. Palma Caetano (coord.), “Relações entre Portugal e a Áustria. Testemunhos históricos e culturais”. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002, pp. 137-177; “As Cortes de 1679-1680 e o auxílio à Polónia para a guerra contra os Turcos”. Coimbra, 1951. Sep. de *Biblos*, Vol. XXVII, 63 pp.; “O Príncipe João Casimiro da Polónia e os antecedentes da Restauração de Portugal (1638-1640)”. Coimbra, 1963. Sep. de *O Instituto*, Vol. 124, 47 pp.; “Portugal e a Polónia na segunda metade do século XVII”. Coimbra, 1987 (1989). Sep. de *Biblos*, Vol. LXIII, 19 pp. Também sep. de *A Diplomacia na História de Portugal (Actas do Colóquio)*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1990, pp. 105-124. 22 pp.; “Portugal e a Polónia”, in “Imagem da Polónia”, *Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro*, Lisboa, 1992, pp. 9-16.

⁶ “Memórias e outros escritos de D. Luís da Cunha”. Coimbra, 1961. Sep. do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano VII, n.º 25-26, 13 pp.; “A autenticidade do *Testamento Político* de D. Luís da Cunha”. Lisboa, 1968. Sep. dos *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, Vol. 17, 34 pp.; “Uma suposta embaixada de D. Luís da Cunha em Paris (1701-1704)”. Braga, 1987. Sep. de *Bracara Augusta*, Vol. XXXIX, fasc. 86-87, 6 pp.

Luís Ferrand de Almeida escolheu como objecto de estudo a Época Moderna, reportando-se a maioria das suas publicações ao período cronológico que vai da Restauração ao reinado de D. José, tendo-se consagrado como um profundo conhecedor da fase final do reinado de D. Pedro II e do governo de D. João V. Com efeito, o facto de não ter escrito uma obra sobre a história portuguesa relativa ao período que vai da restauração ao pombalismo deve-se, apenas, a circunstâncias da sua vida, pessoal e profissional, e, sobretudo, às suas concepções (muito exigentes) da escrita histórica. Deixou-nos, porém, um conjunto de estudos “dispersos” de cuja leitura decorre a representação desta época nas suas diversas expressões.

A vida económica, tanto nos seus aspectos estruturais como conjunturais, está presente em estudos como: “O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V”⁷; “Um construtor naval inglês em Portugal (1721-1723)”⁸; “Um construtor naval francês em Portugal e Espanha (1718-1721)”⁹; “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”¹⁰; “A fábrica de vidros da Marinha Grande em 1774”¹¹; “Problemas do comércio luso-espanhol nos meados do século XVIII. Um parecer de Sebastião José de Carvalho e Melo sobre um projecto de tratado de comércio com a Espanha”¹²; “A fábrica das sedas de Lisboa no tempo de D. João V”¹³ e “Sobre a introdução e a difusão do milho mais em Portugal”¹⁴. Como decorre dos títulos destes artigos o autor contemplou a maioria das áreas da história económica, evidenciando um particular interesse (e competência) pelo estudo

⁷ Coimbra, 1962. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. X, 58 pp.

⁸ Coimbra, 1962. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. X, 13 pp.

⁹ Coimbra, 1964. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. VI, 23 pp.

¹⁰ Coimbra, 1976. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XV, 143 pp.

¹¹ Coimbra, 1981. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XVIII, 23 pp.

¹² Lisboa, 1982. Sep. da *Revista de História Económica e Social*, n.º 8, 37 pp.

¹³ Coimbra, 1990. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, 48 pp.

¹⁴ *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 145-167.

das técnicas em articulação com os “problemas económicos” e com as “preocupações técnico-científicas”.

Os programas de História de Portugal que este docente universitário leccionou contemplavam sempre uma parte dedicada às estruturas e grupos sociais, matéria abordada com cuidado rigor conceptual, demorando-se na apresentação da complexa organização do terceiro estado. Todavia, nunca ousou publicar uma obra de história social, encontrando-se, no entanto, nos seus textos várias referências de capital importância para o conhecimento da sociedade de Antigo Regime.

A problemática dos movimentos sociais constituía-se, porém, como um dos seus objectos de particular interesse historiográfico, tendo-lhe dedicada dois artigos (“Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos”¹⁵ e “Os motins de Abrantes e Viseu (1708 e 1710)”¹⁶) em que apresenta diversas “formas populares de protesto e contestação”, rural e urbana, a que atribui um carácter “conservador” por se oporem às inovações “constituídas por novos impostos régios, taxas camarárias e prestações senhoriais” ou pelo seu agravamento¹⁷.

As políticas régias e as relações de poderes que se organizavam em torno das cortes régias, sobretudo das de D. Pedro II, D. João V e D. José, eram um assunto bem familiar a Luís Ferrand de Almeida, como evidenciam os seus textos sobre história diplomática. Na área da história política e das instituições escreveu dois artigos sobre cortes dos finais do século XVII¹⁸ e um excelente texto sobre o “Absolutismo de D. João V” em que reflecte sobre os métodos e meios da governação joanino num tempo caracterizado pela “pluralidade de poderes” (“poder municipal, poder senhorial, mas tam-

¹⁵ Coimbra, 1984. Sep. da *Revista de História das Ideias*, Vol. 6, 23 pp.

¹⁶ Coimbra, 1987. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XXII, 12 pp.

¹⁷ “Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos” in *Páginas Dispersas*. Coimbra: IHES/FLUC, 1995, 148.

¹⁸ “Cortes de Lisboa em 1677?”. Coimbra, 1969. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XII, 10 pp.

bém poder eclesiástico”). Na parte final deste artigo, apresentado em sessão da Academia Portuguesa de História de 25 de Outubro de 1989, diz ter-se limitado a “sugerir caminhos de estudo”, renunciando a tirar conclusões ao mesmo tempo que adverte para o facto de: “que todos estes temas, e em especial os poderes periféricos e as atitudes ou movimentos de oposição estão a exigir mais vastas e profundas investigações”. Efectivamente o historiador só arriscava emitir conclusões bem fundamentadas em bibliografia credível ou em documentos, muitos dos quais publicava nos seus artigos.

Luís Ferrand de Almeida caracterizou o reinado de D. João V “como um período de renovação cultural” decorrente da expansão dos ideais iluministas e da criação de uma “nova mentalidade”. Estas apreciações foram escritas no estudo intitulado “D. João V e a Biblioteca Real” em que são analisados alguns aspectos da proveniência, conteúdos e organização da livraria joanina: constituída por “muitos milhares de volumes que abrangiam vastos domínios do pensamento e do saber, desde a Teologia e a Filosofia, passando pela História, o Direito canónico e civil, a Filologia (englobando certamente a Literatura) e a Medicina, até às Ciências e às Técnicas, nela se podiam ver incunábulo, edições raras, numerosos manuscritos, atlas e magníficas colecções de estampas”¹⁹.

Para o artigo em apreço escolheu como epígrafe a frase de A. De Saint-Exupéry “... cette odeur de vieille bibliothèque qui vaut tous les parfums du monde”, sentimento aplicável a D. João V, rei culto e amante de livros (que gostava de ler e de *ouvir ler*) com o qual se identificaria igualmente Luís Ferrand de Almeida, também ele um homem muito culto, com interesses bibliográficos muito diversificados, um grande apreciador de livros e de bibliotecas.

¹⁹ In *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1995, p. 218.

“Febre amarela em Lisboa: a epidemia de 1723” foi um dos últimos textos que escreveu, quando já lhe iam faltando as forças físicas, mas não as notáveis capacidades intelectuais que manteve até ao fim dos seus dias. Ousamos dizer que neste longo artigo de 74 páginas Luís Ferrand de Almeida completa *le tour complet de l’horizon* de que falava Braudel. Com efeito, através de uma narrativa em que o rigor histórico se alia a um fino recorte literário somos conduzidos numa viagem no tempo a observar a forma como a capital viveu uma epidemia que, apesar de moderada (terá ceifado 2,5 a 2,6% da população), causou um profundo abalo na cidade, registado em várias fontes escritas, desde a Gazeta de Lisboa à correspondência diplomática, passando pelos sermões e pelos panegíricos, entre outros testemunhos que só um profundo conhecedor da época de D. João V podia conhecer e saber cruzar.

Da febre amarela ficamos a conhecer a “provável origem”, os sintomas da doença, as medidas sanitárias de ataque, os médicos, os diagnósticos e a terapêutica, num texto em que a História dialoga com várias ciências e de forma especial com a Medicina. Por sua vez, a cidade de Lisboa é-nos revelada na sua organização urbana, nos quantitativos demográficos, nas suas diferenciações sociais e representações mentais. São-nos transmitidas ainda informações sobre a forma como os vários poderes da cidade reagiram à doença e providenciaram a cura dos corpos e a salvação das almas. Quanto ao monarca, refere-se ter estado sempre atento e vigilante recusando-se a abandonar a cidade, atitude aproveitada pela literatura panegírica do tempo para “celebrar a coragem, a serenidade e o amor paternal do Rei pelo seu povo”²⁰.

A obra do Doutor Ferrand de Almeida não se esgota na bibliografia publicada. Ela ficou repartida pelo incansável trabalho de direcção da *Revista*

²⁰ In *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1995, p. 86.

Portuguesa de História, a menina dos seus olhos, pela colaboração, nunca regateada, em iniciativas do Instituto de História Económica e Social e do Centro de História da Sociedade e da Cultura, na generosa transmissão do seu saber a alunos, orientandos, colegas...

O mérito do seu percurso académico atesta-se no acolhimento que lhe foi dispensado por prestigiadas instituições académicas, nomeadamente o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, a Academia Portuguesa da História, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a Academia de Marinha e o Polish Institute of Arts and Sciences in America.

“L’histoire est un combat de l’esprit, une aventure et, comme toutes les équipées humaines, ne connaît jamais que des succès partiels, tout relatifs, hors de proportion avec l’ambition initiale; [...] l’homme en revient avec un sentiment aigu de ses limites, de sa faiblesse, de son humilité” (Henri-I. Marrou, *De La Connaissance Historique*, Paris, 1954, p. 56). Este texto escolhido por Luís Ferrand de Almeida como epígrafe da sua tese de doutoramento, exprime uma ideia que gostava de transmitir aos seus alunos e colegas mais novos, dando-lhes conta, por um lado, da complexidade do processo de construção do conhecimento histórico e, por outro, do carácter sempre provisório das “verdades” atingidas. A mensagem contida no texto de Marrou parece, no entanto, não se aplicar a muitas das “páginas dispersas” (título que quis atribuir a uma colectânea de artigos) que escreveu. Com efeito, frequentes vezes o leitor dos seus estudos fica com a sensação de ter saboreado páginas perfeitas.